

Heloísa Liberalli Bellotto

Arquivista, professora doutora da USP e da Maestría en Gestión de Documentos y Administración de Archivos na Universidad Internacional de Andalucía. Consultora de arquivos do Projeto Resgate, do Ministério da Cultura do Brasil, junto ao Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal. Coordenadora, com Ana Maria Camargo, do Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996.

A Terminologia das Áreas do Saber e do Fazer O caso da arquivística

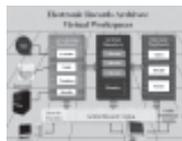
A terminologia como meio de expressão e comunicação técnicas. Diferenças entre palavras, vocábulos, termos e termos especializados. A função de um dicionário

de terminologia. Etapas de um trabalho terminológico e de coleta e definição de termos.

As qualidades da definição. Vantagens e justificativas para um controle terminológico na área dos arquivos. A terminologia arquivística no

Brasil e a necessidade do diálogo entre os teóricos e os práticos. A colaboração estreita entre instituições e profissionais que pode resultar no aperfeiçoamento da terminologia arquivística.

Palavras-chave: terminologia arquivística; dicionário de terminologia; arquivos.



The terminology as a medium of technical expression and communication. Differences between words, vocables, terms and specialized terms. The function of a

dictionary of terminology. Stages of a terminological work. The phases of gathering and definition of terms. The qualities of the definition. Advantages and justifications for terminological control in the archival area. The archival terminology in Brazil and the necessity of dialogue between the theoreticians and the practisers. The importance of a close collaboration between institutions and professionals to improve on the archival terminology .

Keywords: archival terminology; dictionary of terminology; archives.

A terminologia é o meio de expressão e comunicação técnicas. Isso vale dizer que a terminologia corresponde, no meio técnico e científico, à língua, que é o conjunto

articulado de signos representados por palavras escritas ou faladas, quando se trata de uma comunidade, país ou conjunto de países, que a utilizam tradicionalmente como veículo de expressão

ou comunicação dos seus membros, ou das pessoas que, não fazendo parte deles, a usam para contatarem seus membros; a terminologia equivale, ainda, à linguagem, quando se trata de vocábulos próprios do entendimento mútuo de determinado grupo social ou profissional. Assim, temos as línguas portuguesa, alemã, chinesa etc., a linguagem dos pescadores, dos caminhoneiros ou dos socialites, assim como temos a terminologia naval, arquivística, psicanalítica etc.

Quando os teóricos localizam a terminologia como própria, mais que tudo, das áreas técnicas, na verdade não é por serem técnicas, mas sim por sua especificidade, que não pode, sob pena de graves danos, conviver com equívocos, polissemias e dubiedades. Quando uma área do saber consegue compor a teoria, estabelecer a metodologia e operacionalizar as práticas usando – na transmissão dos conceitos e na denominação dos objetos e das ações, enfim, na sua expressão e comunicação – tão somente os recursos da língua, do linguajar corrente, sem sombra de desvios de interpretação, tanto melhor. Ela não possui e nem precisa possuir uma terminologia, muito menos dicionários ou glossários que a “traduzam”. Assim, não há terminologia para filosofia, história, nem mesmo física ou matemática. Seus teóricos, profissionais, professores, pesquisadores e seguidores lidam com as palavras. Tão simples quanto isso.

Ao definirem a língua como “o conjunto de regras e um armazenamento de uni-

dades-signo capazes de nomear, designar, analisar e transmitir as realidades transformadas em conhecimento e, através disso, rotuladas unidades de significados, que são os termos”, querem os filólogos considerar que as palavras são as unidades-signo, de que os termos são elas mesmas, quando “rotuladas” com a sua identidade particular? A própria terminologia teórica encontra dificuldades de aplicação quando se trata de distinguir unidades lexicais de termos, assim como nomes de termos.¹

E quais são as sutis nuances que diferenciam as palavras dos vocábulos, dos termos e dos termos especializados? Até a terminologia teórica encontra dificuldades de aplicação quando se trata de distingui-los. Os dicionários consagrados das diferentes línguas podem ser úteis aos que pretendem construir os dicionários terminológicos, mesmo que seja para traduzi-los, porque esclarecem a distinção, às vezes quase imperceptível, entre aquelas expressões.

E é tão flagrante essa realidade que muitos dos especialistas lingüistas alertam para o fato de que é preciso distinguir “a ciência do termo e a ciência da denominação”, chamando-a mesmo de “diferenciação necessária”. Sendo algo complexo mesmo para esses profissionais da lexicografia e também da lexicologia, filologia e terminologia teórica, o que não dizer da perplexidade com a qual se deparam os profissionais das áreas do saber e do fazer, quando aceitam o desafio de montar um dicionário terminológico, mesmo que tenham um ponto de partida seguro, como

o mesmo dicionário, porém em língua estrangeira? E as “traições das traduções”? Afinal, quando nos propomos a isso, vamos trabalhar basicamente com definições. É aparentemente simples, já que definição é “a ação de enunciar, de caracterizar os atributos essenciais de um ser ou de uma coisa”² e nós, sendo profissionais da área, temos as palavras, os vocábulos, os termos adequados a cada um dos nossos instrumentos e ações... Parece fácil. Temos, entretanto, de ter, antes de tudo, o conceito muito claro de cada item com os quais vamos trabalhar (conceito como a “representação mental genérica e abstrata de um objeto”), para chegarmos, na definição, ao uso da palavra (“unidade lingüística dotada de significado que é representada na fala por um som ou combinação deles e, na escrita, por um sinal ou seqüência de sinais gráficos”) ou vocábulos (“unidade do vocabulário de uma língua...”), para explicarmos, afinal, o termo (“palavra própria de certo registro de língua, campo do conhecimento ou atividade”). Assim, diante da clareza dessa definição da Academia das Ciências de Lisboa, usar a expressão “termo especializado” seria redundante, pois ele já é específico de um determinado campo, entretanto os filólogos e lexicógrafos insistem no uso do “termo especializado”.

Luís Fernando Lara tenta estabelecer a diferença, distinguindo-o de vocábulo: “o termo especializado surge pela necessidade de delimitar com total precisão o objeto; o vocábulo pode ter muitos significados, quando um deles precisa ser delimitado pela relação com o conheci-

mento especializado, isto, então, é o termo”.³ O termo, no caso, é o “signo especializado”, como coloca o mesmo autor, quando define a terminologia como “conjunto de signos especializados que é utilizado por uma disciplina do conhecimento (química, botânica, psicanálise, lingüística) ou por uma atividade específica (agricultura, confecção de moda etc.)”.

Pode-se mesmo dizer que a terminologia, isto é, o emprego do termo especializado, “prevê a designação de processos, operações e objetos técnicos em larga escala para propósitos práticos”. Assim se posiciona a filóloga Aparecida Negri Isquierdo, que ainda reitera que para certas áreas do conhecimento há mesmo “a necessidade de uma estrutura terminológica como guia de leitura para a realidade experimental e observável”.⁴ Para Luís Fernando Lara, o termo especializado forma-se por impulsos técnicos, comerciais ou científicos quando se apresenta a necessidade de delimitar com total precisão os objetos ou quando o exigem as teorias, metodologias e processos. Para ele, em um vocábulo, se pelo menos um dos seus significados é delimitado por uma relação com um conhecimento especializado, então estamos diante de um termo especializado.⁵

Se o emprego da terminologia tem vantagens tão evidentes, tais como facilitar o entendimento entre os profissionais; aumentar a qualidade técnica dos trabalhos nas respectivas áreas e constituir-se instrumental útil para a formação e treinamento, elas acentuam-se diante do universo da informática, no qual os arqui-

vos atuais e do futuro estão e estarão inexoravelmente mergulhados. “As perspectivas informáticas exigem-nos normalização documental que há de partir de uma homogeneização terminológica que nos ajude a comunicarmo-nos com uma linguagem semelhante, em casos similares”.⁶ O austríaco Eugen Wüster, considerado o pai da terminologia como disciplina autônoma, relativamente à sua matriz, a lexicologia, já nos anos de 1930, defendia a sua tese sobre a padronização da linguagem para a engenharia eletrônica, visando superar as imprecisões e a polissemia da linguagem técnica e científica.⁷

A terminologia se conhece por meio de glossários ou dicionários de terminologia, cujos títulos, de imediato, designam qual a área de que se trata. Um dicionário de terminologia é um instrumento de controle terminológico, cuja função específica reside em traduzir os termos técnicos e científicos para uma linguagem sistêmica, a fim de proporcionar uma ligação entre eles e a língua corrente.

Ao se organizar um dicionário terminológico é preciso ter em mente “a terminologia como uma atividade organizada no reconhecimento de áreas organizadas do conhecimento, dividida ou distribuída em entidades semânticas delimitadas pelas definições e registradas em cada língua por meios essencialmente lexicais”.⁸ Isso implica que estes “meios lexicais”, as palavras, daquela determinada língua da elaboração daquele dicionário, sejam objeto de um profundo conhecimento dos “dicionaristas”, tanto

em relação ao significado real e corrente, quanto ao seu uso e aplicação na área específica do conhecimento. Essa constatação traz em seu bojo a necessidade de que as equipes de elaboração, tradução e/ou adaptação de trabalhos de lexicografia especializada, como é o caso dos dicionários terminológicos, sejam multidisciplinares. A presença dos filólogos é tão imprescindível quanto a dos profissionais, professores e pesquisadores da área em foco, assim como a dos especialistas das áreas fins. Mesmo que o filólogo não esteja permanentemente na equipe, ele deve ser um colaborador assíduo e participativo. O dicionário terminológico é um parâmetro que impede a dispersão de interpretação, ao serem propostos conceitos unívocos e, nesse sentido, o dicionarista não pode estar sozinho.

Para Sager, a teoria da terminologia deve se concentrar em tarefas básicas, tais como dar conta dos conjuntos de conceitos como entidades de estruturas do conhecimento, além de dar conta dos conjuntos de entidades lingüísticas inter-relacionadas e estabelecer ligações entre conceitos e termos através da definição.⁹ Distinguimos aí “conceito”, “termo” e “definição”, como já referimos antes. Na realidade, são essas questões que estão em jogo quando se trata da construção de um dicionário terminológico. A clareza dessas distinções deve permear o trabalho da equipe, contribuindo para a otimização do resultado final. Mas não é só isso. Contam também os conhecimentos da teoria, metodologia e prática da área, além dos

mesmos conhecimentos, quando enunciados em língua estrangeira.

Nessa complexidade, faz-se necessária a aproximação ao “método em terminologia” e aos seus procedimentos, como nos aponta a equipe de Gladis Maria de Barcellos Almeida: “Etapas para o trabalho terminológico: 1. coleta ou extração dos termos; 2. validação dos termos pelos especialistas; 3. elaboração das fichas terminológicas; 4. redação da definição terminológica; 5. edição dos verbetes”.¹⁰

A primeira etapa, a da coleta, da extração dos termos, é o dramático ponto de partida: por onde começar? Por uma das possibilidades de cada vez, ou todas ao mesmo tempo? Qual a divisão de trabalho da equipe? Qual o papel e o poder de decisão do coordenador? Qual o poder de deliberação dos colaboradores das áreas implicadas? Como organizar a distribuição de tarefas, por setores da área ou por etapas do trabalho? Qual o momento de acercamento dos especialistas, sejam os teóricos, cientistas e profissionais da área visada, sejam os filólogos e lexicógrafos? No princípio, no meio do andamento dos trabalhos, no final, antes da redação definitiva? Até onde vai e quanto pesa a atuação deles? Até que ponto suas opiniões e sugestões serão admitidas, quando divergentes ou mesmo contrastantes com as dos membros da equipe e, sobretudo, quando eles são profissionais atuantes no dia-a-dia do ramo do conhecimento e do fazer visa-

do? São questões que só com o decorrer dos trabalhos, com o amadurecimento da equipe, de muita pesquisa, estudo e debates poderão ser resolvidas e poder-se-á chegar a bom termo.

As possibilidades de obtenção dos termos concentram-se, sucessivamente, nos dicionários correntes da língua própria do país-origem do dicionário a ser elaborado; nos glossários, mesmo que parciais, existentes para a área em foco; nos dicionários terminológicos de áreas afins e nas normas nacionais e internacionais, se as há, para a mesma área ou para as afins. Consistem, ainda, na tradução e adaptação de termos estrangeiros da área, assim como no levantamento de denominações de objetos e ações veiculados aos setores da realidade vinculados com o objeto do dicionário, mesmo que não dicionarizados nos dicionários correntes da língua, pelo menos no sentido em que os profissionais da área em foco o utilizam.

No momento da elaboração dos verbetes, deve ter-se em mente que os termos são as formas externas dos conceitos e que estes são as unidades de conhecimento. Na verbatização do conceito, que, afinal, vai ser a definição do termo, parte-se obviamente de um referente, acrescido de um predicado específico e distintivo, que leva ao termo. Em outras palavras, parte-se da “conjunção que delimita o domínio ou campo semântico a que cada termo pertence e desemboca-se na disjunção com os respectivos traços individualizadores e distintivos”.¹¹ Da clareza e objetividade com que se proceda

à redação das definições e seus complementos (introdução, remissivas, índices, bibliografia) depende o êxito do dicionário. Não o êxito pelo êxito, mas pela sua utilidade, aplicabilidade e permanência. Afinal, o propósito de uma definição é conectar várias realidades conhecidas para identificar uma nova realidade ou novos sentidos. Sem um mínimo traço referente a uma realidade conhecida, a definição torna-se incompreensível a quem toma conhecimento dela. A busca da redação ideal reside em que o referente e o predicado sejam dosados de tal maneira que se equilibrem. O conhecido não pode ser de tal extensão que “engula” o quinhão desconhecido, tornando o total incompreensível. O mesmo se passará no caso contrário, quando a “novidade” domina e o leitor não pode encontrar na sua soma de conhecimentos nenhum referente que a torne passível de ser entendida.

Além dessas, as qualidades de uma definição residem ainda em que: 1. ela refira-se tão-somente à essência do que se busca definir; 2. seja enunciada sempre na forma afirmativa; 3. não seja circular; 4. não seja metafórica. A excelência da redação do verbete em língua vernácula corrente é essencial. Quanto ao primeiro item, não se pode admitir, na apresentação do verbete, erros de expressão, nem falta de clareza, nem redação muito elaborada, prolixa, hermética ou demasiado sucinta; quanto ao segundo, é pouco provável que se pense em definir algo por aquilo que ele não é, mas, freqüentemente, pode haver esta tentação por parte dos

elaboradores do dicionário terminológico. Muitas vezes, por comparação do sim e do não, a compreensão torna-se mais fácil, como, por exemplo, afirmar-se que “minuta não é o original”; quanto ao terceiro, a circularidade, da qual se queixam muitos especialistas,¹² é inadmissível, pois não se pode enviar o leitor de um conceito a outro, sem defini-los, como seria o caso – dando um exemplo bastante elementar e inviável, apenas ilustrativo – de se afirmar que “documento privado é o que se acha no arquivo privado” e, de outro lado, definir-se arquivo privado como o que contém documento privado; quanto ao quarto item, o da proibição da metáfora, o exemplo é flagrante: não se pode dizer, no âmbito do dicionário terminológico, que os “arquivos são a memória da humanidade”, mesmo que fora do contexto lexográfico esta seja uma absoluta verdade.

Assim, é, pois, bastante correta, mas também instigante e desafiadora, a afirmação de que um dicionário de terminologia arquivística “deve ser preciso o bastante para preservar a especificidade do material e das instituições acumuladoras de documentos, mantendo a necessária flexibilidade para refletir sua natureza dinâmica”.¹³ Nesse sentido, os dicionários, ou pelo menos, as suas edições, devem ser renovadas, refletindo os avanços e as obsolescências da área, evidentes no surgimento de novos termos e no desaparecimento ou metamorfoses de outros.

As “teorias da definição”, tal como as apresenta Luís Fernando Lara, estão divididas em: teorias descritivas e teorias

explicativas ou nominais, considerando-se as primeiras como as que se baseiam nos vocábulos existentes na língua corrente, e as segundas quando se dá a criação “arbitrária”.¹⁴ As aspas são nossas, uma vez que, evidentemente, esta “arbitrariedade” não pode ser ao bel prazer dos dicionaristas e sim a partir do dia-a-dia da execução das tarefas próprias do “que fazer” da área em foco, coincidindo com a nossa afirmação anterior, sobre os objetos e procedimentos não dicionarizados.

Os problemas da falta de um instrumento terminológico para uma área técnica são evidentes e, para o caso dos arquivos, eles tem sido apontados e analisados.¹⁵ A verdade é que a existência do controle terminológico, como já firmamos, além de facilitar o entendimento entre os profissionais nacionais e estrangeiros, pode aumentar, pela precisão da pesquisa e das denominações, a qualidade técnica dos trabalhos, afora se constituir em instrumental útil para a formação e treinamento de candidatos ou iniciantes na profissão.

Vistas essas considerações de caráter geral sobre a terminologia, sua identidade e suas formas de trabalho, relativamente a qualquer área do conhecimento, do saber e do fazer que dela tenha necessidade, é preciso enfocar mais de perto a área do trabalho com os arquivos, em suas diferentes idades e âmbitos de atuação.

Uma terminologia própria da arquivística é um dos elementos essenciais para a definitiva consolidação, não só da profissão do arquivista, como da própria área, contri-

buindo para uma maior nitidez dos seus contornos, de modo a distingui-la das outras profissões e áreas do conhecimento.

São as sucessivas necessidades instrumentais da sociedade que ocasionam o aparecimento de áreas específicas de conhecimento e ação. O andamento e desenvolvimento dessas áreas necessariamente se concretizarão, pouco a pouco, com uma formação universitária própria, uma legislação própria, uma teoria e uma metodologia próprias, assim como uma terminologia própria. Anteriormente a essa concretização, a nova área vai se constituindo, pegando emprestado das áreas matrizes de onde ela é proveniente ou das áreas com objetos e objetivos semelhantes, a formação profissional, a legislação, a metodologia e, naturalmente, a terminologia alheia. O exemplo é mais esclarecedor: a engenharia de tráfego, a enfermagem, a arquivística...

Uma ciência ou disciplina necessita ter como veículo de expressão um léxico comum para conseguir um entendimento correto. É preciso contar com termos claros, exatos, que respondam a conceitos universais em matéria de arquivos. Entretanto, estamos muito longe de alcançar esta situação, já que a dificuldade afeta não somente as simples denominações – que poderiam se resolver com uma tabela de equivalência ou um glossário –, mas, o que é mais grave, a disparidade e, sobretudo, a confusão de conceitos.¹⁶

Esta confusão é expressa, tradicionalmente, na própria história do trabalho em

arquivos, quando ainda era bastante vinculado ao trabalho técnico de outras disciplinas e práticas que o marcaram profundamente, incluindo-se aí a então “terminologia emprestada”. Aliás, não só a terminologia, mas também a teoria, a metodologia, a prática, quando uma vez emprestadas das áreas matrizes, muitas vezes criam raízes daninhas, difíceis de serem extirpadas.

Se o papel dos arquivistas é precisamente o de “reencontrar, reconstituir, explicitar o implícito e tornar visível a prova invisível”, como recentemente afirmou de forma tão contundente Bruno Delmas, dos Archives Nationales da França e professor da École de Chartes, um dos mais notáveis pensadores da arquivística na atualidade, este profissional realmente está a merecer a consolidação da sua profissão e a respeitabilidade que a sociedade, em geral, ainda lhe deve.¹⁷ No contexto dessa consolidação e dessa respeitabilidade, certamente, tem lugar uma terminologia que lhe seja própria, única e devida e universalmente utilizada por seus pares.

A existência de dicionários de terminologia arquivística em várias línguas, a maior parte sendo traduções ou adaptações dos dicionários emanados do Conselho Internacional de Arquivos, é fato incontestado em todo o mundo.¹⁸ E presume-se que preenchem aqueles requisitos antes mencionados: entendimento entre os profissionais, qualidade técnica dos trabalhos e instrumento de formação e treinamento, embora, provavelmente, enfrentem as dificulda-

des apontadas por Antonia Heredia, antes mencionadas.

No caso do Brasil, como vem sendo “construída”, sistematizada e consolidada a terminologia arquivística? Ela tem saído da tradução de dicionários em outras línguas e não a partir da realidade concreta dos termos usados cotidianamente pelos profissionais da área. A quase totalidade dos nossos dicionários de terminologia tem origem em similares estrangeiros, sobretudo os emanados do Conselho Internacional de Arquivos, ainda que em sua versão nacional tenham sofrido acréscimos e supressões. E isso faz a diferença. É que os nossos dicionaristas, além de lutarem contra as possíveis distorções entre objetos/ações e sua correta denominação, ainda têm de enfrentar os “fantasmas” da tradução.

Chegar à unificação é bastante complexo, porquanto serem as práticas arquivísticas bastante marcadas pelas tradições culturais e administrativas de cada país e é por isso que às vezes é difícil traduzir termos arquivísticos de uma para outra língua, ao ser freqüente que as mesmas palavras não se referem sempre a realidades parecidas ou equivalentes e também porque se tem usado com excessiva freqüência termos específicos de outras disciplinas.¹⁹

A rota percorrida pelas tentativas de sistematização de uma terminologia arquivística no Brasil já foi muito bem descrita na introdução ao *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*.²⁰

Dela é possível deduzir que temos acompanhado de forma rítmica, sem solução de continuidade, os esforços internacionais de modernização da área, a terminologia, obviamente, incluída nessa modernização. Partimos do glossário de 1972, conhecido como o Glossário Dannemann, pelo nome de sua principal autora, a arquivista Maria Luiza Stallard Dannemann, e hoje estamos no Dicionário brasileiro de 2005, de autoria de uma equipe coordenada pela arquivista Silvia Ninita de Moura Estevão, dentro do Arquivo Nacional brasileiro. Nestes 33 anos, surgiram alguns outros dicionários ou subsídios para uma terminologia nacional, termos estrangeiros traduzidos, termos que caem, termos que entram, termos que mudam de significado, novas tecnologias, novas metodologias, uma preocupação crescente com a cooperação internacional e com a consolidação da nossa presença no cenário arquivístico mundial.

O aperfeiçoamento da nossa terminologia tem de se voltar para uma colaboração mais estreita, freqüente e presente entre as instituições arquivísticas públicas, as privadas, os cursos universitários de arquivologia, os professores, pesquisadores, as associações de classe, no sentido de uma progressiva e necessária justaposição entre o significado dos termos arquivísticos e o seu uso real (ou o não uso, se necessário). Podemos facilmente nos dar conta que a área acadêmica (professores, pesquisadores e estudantes) está mais próxima da terminologia e da recorrência aos dicionários de

terminologia do que os arquivistas, tanto iniciantes como veteranos. Muitas vezes tal fato ocorre até por total desconhecimento, por parte do profissional de arquivo brasileiro, da existência do instrumento terminológico.

Depende das instituições arquivísticas públicas, das esferas municipal, estadual e federal, tanto quanto das organizações privadas, nas quais os arquivos têm tido papel responsável, um maior incentivo ao estudo, discussão e uso prático da terminologia. Todas as vantagens daí advindas, que a bibliografia emanada dos estudiosos da lexicografia tão bem nos mostram, hão de se refletir na otimização da função arquivística. Creio que a contribuição daqueles que labutam cotidianamente nos arquivos organizados e atuantes pode realmente proporcionar uma interação entre teoria e prática. De um lado, os teóricos, de outro, o profissional do dia-a-dia que lida automaticamente com as denominações ou significados aprendidos ou atribuídos, sem preocupações com a sua exatidão ou não. Muitos desses nossos arquivistas gostariam de ser ouvidos e de ouvirem. Nós, pesquisadores e professores, temos o significado. Eles detêm o uso. Talvez a excelência dos dicionários de terminologia devesse passar pela afirmativa contundente, embora tão lacônica, do grande filósofo austriaco Wittgenstein, da primeira metade do século XX, que tanto estudou a lógica matemática e que tanto explorou a natureza da linguagem: “não pergunte o significado, pergunte o uso”.

N O T A S

1. ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande / São Paulo: Ed. UFMS / Humanitas, 2007, v. 3, p. 221 e 334.
2. PORTUGAL. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Verbo, 2001.
3. LARA, Luís Fernando. Termino y cultura: hacia una teoría del vocabulo especializado. In: ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria, op. cit., p. 341.
4. ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria, op. cit., p. 326.
5. LARA, Luís Fernando, op. cit., p. 361.
6. HEREDIA HERRERA, Antonia. Terminología archivística. In: HERRERA, Antonia Heredia. *Archivística: teoría y practica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1988, p. 166.
7. Apud MACIEL, Ana Maria Becker. Quais os rumos da terminologia no século XXI? In: ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria, op. cit.
8. ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria, op. cit., p. 330.
9. SAGER, J. C. *Practical course in terminology processing*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
10. ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos et al. O método em terminologia: revendo alguns procedimentos. In: ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria, op. cit., p. 409.
11. TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A definição semântica para a elaboração de glossários. In: GRUPO TEMMA. *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, 1987, p. 87-98.
12. DAHLBERG, Ingetraut. Conceptual definitions for interconcept. *International classification*, v. 8, n. 1, 1981, p. 16-22.
13. DANIELS, Maygene F. Introduction to archival terminology. In: NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS SERVICE. *A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice*. Washington: NARS, 1984, p. 336-342.
14. LARA, Luís Fernando, op. cit.
15. COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. Compilation terminologique. In: COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Les archives aux XXème. siècle*. Montréal: Université de Montréal, 1982, p. 283-446.
16. HEREDIA HERRERA, Antonia. Terminología archivística, op. cit., p. 165.
17. DELMAS, Bruno. *La société sans mémoire: propos dissidents sur la politique des archives en France*. Paris: Bournin Éditeur, 2006, p. 191.
18. ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura. Introdução. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 7-16.
19. HEREDIA HERRERA, Antonia. Terminología archivística, op. cit., p. 168.
20. ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura, op. cit.